

A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

Suzana do Socorro Bitencourt dos Santos
Msc. Simone de La Rocque Cardoso- Orientadora

RESUMO

A inclusão social de pessoas com deficiência é uma questão muito complexa e cada vez mais crescente. Dentre as cromossomopatias humanas, a Síndrome de Down (SD) é a mais frequente, porém ainda é socialmente vista com preconceitos, mitos e indagações. Sabe-se que esse processo, desafia os sistemas sociais a realizar mudanças fundamentais em diversas esferas da sociedade. A inclusão de crianças com Síndrome de Down pode ser uma atitude que gere novos pensamentos e transformações sociais. Compreende-se portanto que a escola é um espaço social de promoção de mudança sociais. Diante dessas abordagens, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Como ocorre o processo de inclusão nas aulas de Educação Física da escola Prof.^a Celina Anglada? O objetivo deste estudo foi analisar a problemática da inclusão de crianças com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física na rede regular de ensino. A pesquisa de campo obedeceu à técnicas para coleta de dados com levantamento bibliográfico, observação. O tipo de estudo utilizado foi o explicativo, e a análise e interpretação dos dados, estão apresentados através da análise de conteúdo, seguindo uma abordagem qualitativa. A pesquisa utilizou como principais referenciais teóricos: Sassaki (1997), Soler (2002), Puechel (1993) e Mantoan (1993). Conclui-se que apesar dos alunos com SD de estarem participando das atividades desenvolvidas em sua turma, seria precipitado dizer que houve uma inclusão educacional com esse aluno. Seria mais sensato pensar-se numa integração, uma vez que não foi a escola que se preparou para receber esse aluno, ele próprio é que foi preparado para frequentar a escola.

Palavras-Chave: Inclusão; Síndrome de Down; Educação Física.

INTRODUÇÃO

O artigo trata da temática das possibilidades de inclusão de pessoas com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física na escola de ensino regular, a partir da compreensão de que é por meio da educação que começamos a quebrar os paradigmas e os preconceitos impostos pela sociedade, tornando de grande importância à qualificação tanto dos professores quanto da própria comunidade escolar para que saibam lidar com a temática da inclusão.

A aprovação da Lei 9.394/96 estabeleceu, entre outros princípios, o de "igualdade e condições para o acesso e permanência na escola" e adotou nova

modalidade de educação para "educando com necessidades especiais." Desde então, a temática da Inclusão vem rendendo, tanto no meio acadêmico quanto na própria sociedade, novas e acaloradas discussões.

O acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, por meio da inclusão, o aluno com necessidades especiais é integrado socialmente. (SOLER, 2002)

A inclusão em âmbito escolar ocorre quando não se exclui alunos em razão de qualquer atributo individual do tipo: gênero, cor, deficiência, classe social, condições de saúde e outros. Numa escola inclusiva, todos os alunos, com ou sem alguns desses atributos individuais, estudam juntos na mesma classe (SASSAKI, 1999).

Sabe-se também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com necessidades especiais por vários motivos. Entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos, o espaço físico inadequado, falta de materiais didáticos, entre outros. O interesse pelo tema deste estudo surgiu através de textos utilizados nas disciplinas ministradas no curso de Educação Física, havendo a intenção de seguir com novos estudos e trabalhos na área de Educação Física Adaptada, pois a mesma está em fase de desenvolvimento e há poucos profissionais atuantes na cidade de Belém.

As condições para a pesquisa foram favoráveis, a intenção deste artigo é contribuir com uma pesquisa que fomente o incentivo acadêmico e científico, sobre a ação do professor de Educação Física para o sucesso da Inclusão Escolar, buscando identificar as dificuldades para o processo de inclusão. Contudo, este estudo deseja ainda ampliar o conhecimento científico nessa área para que possa vir a servir de acervo e apoio na formação dos educadores e pesquisadores interessados na área de Educação Física Adaptada, colaborando para a reflexão acadêmica a cerca da inclusão dos alunos com Síndrome de Down.

Diante da realidade apresentada à cima, pensa-se ser necessário estabelecer novos estudos a cerca da problemática do paradigma da inclusão escolar. Assim, identificar os alunos, conhecer as limitações e peculiaridades da Síndrome, bem como observar como são desenvolvidas as atividades de inclusão nas aulas de educação física na escola de ensino regular EEEF Prof^a.Celina Anglada, são desafios propostos

nesse estudo. E ainda, definir qual a contribuição do professor de educação física, em todo esse processo de inclusão.

Mediante essas abordagens, a pesquisa tem como problema central “compreender o processo de inclusão nas aulas de Educação Física da escola de ensino regular?” Sob esta ótica o estudo pretende elucidar as seguintes questões: De que forma é construído o processo de acesso do aluno com Síndrome de Down na escola? Que papel desempenha os professores de Educação Física neste acesso? Como é possível, promover a inclusão do aluno com Síndrome de Down na Escola? Os outros alunos contribuem para que haja o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down nas aulas de educação física?

Sendo o objetivo geral do trabalho em questão, analisar como ocorre o processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física da escola de ensino regular EEEF Prof^a.Celina Anglada.

SÍNDROME DE DOWN

Durante a antiguidade, as crianças que apresentavam características distintas eram tratadas com uma perspectiva discriminatória, devido à comparação existente entre os sujeitos e a relação da negação e não aceitação da diferença. Outro fator que contribuiu para o processo de marginalização dos diferentes eram as crenças religiosas e os movimentos místicos existentes, o que colaborou para as práticas de infanticídio e abandono desses sujeitos (MAIA, 2005).

Na Idade Média, o processo de exclusão não foi muito diferente. A Igreja condenava a prática do infanticídio em sujeitos com problemas sensoriais, visto que no ano 374 essa prática era percebida como assassinato, cabendo aos sujeitos que se utilizavam dela a pena de morte autorizada pela Igreja. Porém, a mesma Igreja não coibia práticas de infanticídio e abandono de sujeitos que apresentavam deformidades infantis consideradas demoníacas, como deficiência mental, deficiências múltiplas etc. Nessa época, as pessoas com deficiência eram consideradas possuídas pelo demônio e frequentemente eram apedrejadas ou mortas em fogueiras pela Inquisição.

Somente a partir de 1994, através da Secretária de Educação Especial (SEESP), começaram a serem instituídas as novas diretrizes para a educação especial, que, na

época, seguiram os princípios propostos pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o que significou uma quebra paradigmática nas propostas de equidade educacional. De acordo com a referida declaração,

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (p. 12).

Frequentemente, a Síndrome de Down era chamada de "mongolismo" e as pessoas que a apresentam chamadas de "mongolóides". Todavia, estes termos são totalmente inadequados e carregam uma série de preconceitos criados a partir de descrições incorretas realizadas no passado e, por isso, devem ser evitados.

De acordo com Puechel (1993) o nome Síndrome de Down surgiu a partir da descrição de John Langdon Down, médico inglês que descreveu em 1866, pela primeira vez, as características de uma criança com esta síndrome. A Síndrome de Down ou Trissomia do cromossomo 21 é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21 extra total ou parcialmente, também pode ser chamada de trissomia do 21 e as pessoas que a possuem de trissômicos. Estes nomes começaram a ser utilizados depois que Jerome Lejèune, um médico francês, identificou um pequeno cromossomo extra nas células destas pessoas.

Existem três tipos de trissomia 21, detectadas por um exame chamado cariótipo. São eles: trissomia 21 simples (ou padrão): na qual a pessoa possui 47 cromossomos em todas as células (ocorre em 95% dos casos de síndrome de Down); mosaico: onde a alteração genética compromete apenas parte das células, ou seja, algumas células têm 47 e outras 46 cromossomos (2% dos casos de síndrome de Down); e a translocação: onde o cromossomo extra do par 21 fica "grudado" em outro cromossomo. Nesse caso embora indivíduo tenha 46 cromossomos, ele é portador da Síndrome de Down (cerca de 3% dos casos de síndrome de Down).

A síndrome de Down é um evento genético natural e universal, estando presente

em todas as raças e classes sociais (DE LA ROCQUE CARDOSO, 2004).

Ainda não se conhece a causa dessa alteração genética. Sabe-se apenas que não existe responsabilidade do pai ou da mãe para que ela ocorra. Qualquer casal pode ter um filho com Síndrome de Down, por isso ao se planejar um filho, existem exames que previnem o nascimento de pessoas com tal problema. (SILVA & CABRAL *apud* DIAS E MARTINS, 2004).

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME

A síndrome de Down, uma combinação específica de características fenotípicas que inclui retardo mental e uma face típica. As pessoas com síndrome de Down costumam ser menores e ter um desenvolvimento físico e mental mais lento que as pessoas sem a síndrome. A maior parte dessas pessoas tem retardo mental de leve a moderado; algumas não apresentam retardo e se situam entre as faixas limítrofes e médias baixa, outras ainda podem ter retardo mental severo.

Segundo Puechel (1993) existe uma grande variação na capacidade mental e no progresso desenvolvimental das crianças com síndrome de Down. O desenvolvimento motor destas crianças também é mais lento. Enquanto as crianças sem síndrome costumam caminhar com 12 a 14 meses de idade, as crianças afetadas geralmente aprendem a andar com 15 a 36 meses. O desenvolvimento da linguagem também é bastante atrasado. É importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante, intervenção precoce e esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento desta criança.

Nem sempre a criança com síndrome de Down apresenta todas as características; algumas podem ter somente umas poucas, enquanto outras podem mostrar a maioria dos sinais da síndrome. Algumas das características físicas das crianças com síndrome de Down são: achatamento da parte de trás da cabeça, inclinação das fendas palpebrais, pequenas dobras de pele no canto interno dos olhos, língua proeminente, ponte nasal achatada, orelhas ligeiramente menores, boca pequena, tônus muscular diminuído, ligamentos soltos, mãos e pés pequenos, pele na nuca em excesso (PUECHEL, 1993).

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

De acordo com a Carta da Educação Física Escolar (2007) a Educação Física Escolar é um componente do sistema educacional caracterizado pela ênfase nos conceitos, princípios, valores, atitudes e conhecimentos das dimensões biodinâmica, comportamental e sócio-cultural do movimentar-se humano e da corporeidade; a Educação Física Escolar propicia ao aluno, através da prática consciente de atividades corporais, a otimização de possibilidades e potencialidades do desenvolvimento e da movimentação corporal harmoniosa e plena.

Porém, com o passar dos tempos, houve uma nova evolução na Educação Física, mas agora no sentido de melhorar a prática pedagógica que supre as necessidades de pessoas com deficiências, especificadas com definições distintas para o mesmo termo a qual passou a ser denominada Educação Física Adaptada (EFA) e/ou Educação Física Especial (EFE), que, conforme Winnick (2004, p. 04):

Tem o objetivo de suprir necessidades especiais de longo prazo (mais de trinta dias). As pessoas com necessidades especiais incluem os portadores das deficiências na Individuals with Disabilities Education Act (IDEA). De acordo com a IDEA, o termo criança portadora de deficiência designa a criança que necessita de Educação Especial e de serviços relacionados, por apresentar retardo mental, comprometimentos auditivos (inclusive surdez), comprometimentos de fala ou linguagem, comprometimentos visuais (inclusive cegueira), distúrbio emocional grave, comprometimentos ortopédicos, autismo, traumatismo crânio-encefálico, outros problemas de saúde, distúrbios de aprendizagem específicos, surdez-cegueira ou deficiências múltiplas.

Para Silva (2004) a Educação Física Adaptada (EFA) e/ou Educação Física Especial (EFE) é uma modalidade que visa proporcionar o desenvolvimento totalizado do portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais de modo a assegurar o pleno direito de cidadão e efetiva integração social. Esta educação é prevista na constituição Federal que assegura este deficiente na rede regular de ensino.

Infelizmente a EFA na política educacional brasileira, desde o final da década de cinquenta deste século, até os dias atuais, tem sido vista como uma parte indesejável e, muitas vezes, atribuída como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam deficiência (MENDES, 2006).

Para Mendes (2006), a universidade enquanto agência de formação, além de

produzir conhecimento tem ainda à responsabilidade de qualificar os recursos humanos envolvidos, tanto em cursos de formação inicial quanto continuada, o que é um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior. Assim, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN E A ESCOLA

Segundo Silva e Cabral (apud DIAS E MARTINS, 2004) estudar o contexto de inserção na escola regular ao aluno portador de Síndrome de Down é relevante, pois ele traz marcado no seu corpo o resultado de fatores biológicos que certamente é alvo de olhares diferenciados na sala de aula, e no momento de luta em relação à inclusão como medida favorável ao exercício da tolerância em relação a estas pessoas diferentes, o tema em questão passa a ser objeto de ampla repercussão no âmbito educacional.

Ainda para as autoras citadas a cima, o acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que o PNEE é integrado socialmente a partir da apreensão das normas e regras que são definidas pelo grupo sócio-cultural. Assim, a proposta colocada através da Declaração de Salamanca de 1994, garante a inclusão na escola regular ao portador de necessidades educativas especiais de modo que esses indivíduos, apesar das diferenças físicas que são manifestadas, terão seu direito garantido. (DIAS E MARTINS, 2004).

Pensar nas diversas maneiras de exclusão de um aluno com Síndrome de Down, nos remete a alguns fatores de ordem estrutural impedem um atendimento de qualidade oferecido a eles através da escola, tais como: a ausência de profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação, o desconhecimento de pais e professores das anomalias apresentadas por esses indivíduos, revelam em grande parte as barreiras que se sucedem na construção de uma sociedade inclusiva.

A criança com necessidades educativas especiais, especificamente com SD, é uma criança que apresenta diferenças e é com essas diferenças que os educadores precisam trabalhar e também com estas, os pais devem ajustar seu modo de ver seus filhos, conscientizando-se que eles são diferentes. Os atendimentos especializados têm por objetivo auxiliar a criança portadora de deficiência a desenvolver as suas habilidades ou potencial, visando à auto dependência e o seu máximo funcionamento em seus sentidos.

Antigamente, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência mental, iam para instituições específicas para se tratar, sem nenhum contato com a sociedade dita “normal”.

Mas, pesquisas foram feitas e descobriram que o atendimento era mais eficaz no lado médico e sanitário, não dando maior importância para o psicológico e o pedagógico, logo, não se obtinha bons resultados. Há um grande desafio das pessoas que estudam a Síndrome de Down, pois precisam mostrar a importância de uma conscientização tanto de profissionais de saúde e educação, como da sociedade, pois não adianta ensiná-los, estimulá-los e, no futuro, estagnarem por falta de oportunidades.

Segundo Werneck (1995, p.164) “os portadores de Síndrome de Down tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante.”

INCLUSÃO ESCOLAR

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade (MAZZILO, 2008).

Surgem assim os defensores ferozes da escola especial, das classes especiais.

Questionam a educação inclusiva. Para eles, as escolas regulares não estão preparadas para incluir esses sujeitos. Não negamos essa afirmação, porém, como qualquer processo, o movimento inclusivo deve ser colocado em prática, mesmo com suas carências e dificuldades. (MAIA, 2005)

Segundo Mantoan (2003) incluir é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já é inclusão, é estar com, é interagir com o outro.

Mazzilo (2008) diz que a afirmação dos defensores da escola especial diz respeito à formação dos professores. Aqueles salientam que os educadores das escolas regulares não estão preparados para a diversidade a ser encontrada nas distintas áreas de necessidades especiais.

Mazzilo (2008) diz que a relevância do tema inclusão escolar não se limita apenas à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana.

Em nenhum momento a educação inclusiva se opõe a escola especial alguns sujeitos devem continuar sendo atendidos, por esta, devido às suas necessidades e ao trabalho individualizado que necessitam. O que se questiona, e se busca é redimensionar a inclusão de todos os sujeitos que assim o desejarem na escola regular com direito à valorização da diversidade humana.

A instituição escolar precisa redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores, e afinando a relação família–escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, para atender esta nova realidade educacional. A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para

uma nova era não somente educacional e sim para uma sociedade inclusiva.

Para conseguirmos reformar a instituição escolar, primeiramente temos que reformar as mentes, entretanto, não conseguiremos reformar mentes sem que se realize uma prévia reforma de instituições. A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer ,que trata-se de um posicionamento social , que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (MANTOAN, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os caminhos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa foram os seguintes:

Com relação aos objetivos a pesquisa utilizou o tipo de estudo explicativo, concordando com Gil (2002), o qual diz que o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Para Gil (2008 p. 42):

Essas pesquisas têm com preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Quanto aos procedimentos utilizou-se a pesquisa de campo, e ao utilizarmos este tipo de pesquisa, concordamos com a idéia de Marconi (1990, p.75) que afirma o seguinte:

Pesquisa de Campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

Como qualquer outro tipo de pesquisa a de campo apresenta algumas etapas e respeitando todas estas, a pesquisa teve o início com o levantamento bibliográfico a fim

de realizar um estudo específico da área a ser explorada, portanto se fez necessário a busca em livros, revistas, Internet, e também em trabalhos já realizados literaturas referentes ao assunto em questão.

Para Andrade (1999, p. 124) o levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental da pesquisa de campo. Além de proporcionar uma revisão sobre a literatura referente ao assunto, a pesquisa bibliográfica possibilita a determinação dos objetivos, a construção das hipóteses e oferecer elementos para fundamentar a justificativa da escolha do tema.

Quanto à forma de abordagem a presente pesquisa fez uso da abordagem qualitativa a partir da compreensão de Godoy (1995), que diz:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (p.58).

Sendo assim o referente trabalho traz como enfoque o crítico dialético, como instrumento lógico de interpretação da realidade, contém em sua essencialidade lógica a dialética. (FRIGOTTO, 1997)

Dando continuidade às técnicas de coletas de dados específicas da Pesquisa de campo tem-se a observação e as entrevistas. Para isso tomou-se como compreensão a idéia de Andrade (1999), segundo a autora a “pesquisa de campo utiliza técnicas específicas, que têm o objetivo de recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo”.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados os roteiros de entrevistas do tipo abertas, que de acordo com (Minayo, 1993) é uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa.

Os roteiros de entrevistas foram utilizados para nortear o momento das mesmas, todas as entrevistas foram registradas através de gravação em áudio transcritas na íntegra e autorizadas pelos participantes.

Já para orientação no processo de análise e interpretação dos dados,

utilizou-se a Análise de Conteúdo, para isso tomamos Triviños (1996, p.161) como referencia principal, o qual ressalta que o processo de análise pode ser realizado em três momentos: pré-análise (organização do material); descrição analítica dos dados (categorização, codificação, classificação); e interpretação referencial (tratamento e reflexão).

A partir das fases propostas pelo autor, constituiu-se metodologicamente os seguintes passos: **1)** Levantamento das pesquisas relativas a Educação Física Adaptada e a inclusão de crianças com Síndrome de Down, considerando para tal, publicações brasileiras; **2)** Leitura do material para identificar os textos de interesse; **3)** Coleta dos dados; **4)** Organização dos dados coletados através da análise do conteúdo.

A Pesquisa de Campo foi realizada na EEEF Prof^a. Celina Anglada, localizada no Bairro do Guamá, situada na Rua Liberato de Castro em Belém do Pará, a qual possui alunos com Síndrome de Down. Como critério de seleção da escola para pesquisa, optou-se por aquela que possuíam alunos com síndrome de Down matriculados no ensino fundamental em classes comuns. A direção da escola e a secretária foram bastante receptivas e, após a leitura do projeto, a realização da pesquisa foi autorizada.

Para a amostra em estudo foram entrevistados dois (2) docentes atuantes no ensino fundamental, da disciplina de Educação Física, com a participação de suas respectivas turmas, onde haviam cinco (5) alunos com Síndrome de Down matriculados. As observações das aulas ocorreram durante as aulas de Educação Física, e compreenderam um período de trinta e seis dias. Posteriormente foram organizadas as informações fornecidas tanto pelas entrevistas com as professoras, quanto pela ficha de observação, as quais forneceram respostas à problemática da pesquisa.

A presente análise busca descrever e analisar as estratégias que estão sendo utilizadas pelos docentes no processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down. Para análise das entrevistas foi necessário o estabelecimento de *categorias* que possibilitaram melhor compreensão dos fatos ocorridos durante as observações e as entrevista, para a análise das informações empíricas, as seguintes categorias foram escolhidas: 1. As Concepções das professoras sobre a Inclusão dos alunos com

Síndrome de Down, nas aulas de Educação Física, 2. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão nas aulas de Educação Física.

AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN, NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino, e o primeiro passo pra que isso de fato aconteça é olhando a educação com outros olhos. É preciso entender que a inclusão não é apenas para crianças deficientes, mas para todos os excluídos ou discriminados, ou seja, para as minorias. Muitas vezes a inclusão pode ser confundida com interação, mas são conceitos distintos. Integração seria a inserção da pessoa com necessidades especiais na sociedade, e inclusão, a modificação da sociedade para atender à pessoa com necessidades especiais. (MAIA, 2005).

Quando se falou em conceito de inclusão, ambas as professoras deram ar de riso, levando a duas opiniões, ou não se sentiam seguras para falar sobre o assunto ou não o exerciam nas suas aulas. E durante a entrevista elas abordaram de maneira simples e resumida, suas opiniões a respeito desse conceito.

As duas professoras tiveram conceitos parecidos a primeira disse "... na minha concepção a inclusão é um processo de desenvolvimento daquele aluno nas atividades, junto com outros alunos"; a segunda afirmou "...inclusão aqui é englobar eles num todo para não existir a diferença, respeitando os limites de cada um". Para elas deve-se colocar o aluno diante de atividades que ele possa desenvolver, buscando entender e respeitar seus limites.

Quando questionadas sobre a Lei de Diretrizes e Base da educação (1996), a qual garante a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) no ensino regular, as professoras foram unânimes em dizer que nunca procuraram ler sobre a lei, elas sabem de sua existência, mas não conhecem suas determinações assumiram que precisam de um conhecimento sobre a lei mais que falta tempo, relataram que ganharam livros sobre a lei e sobre inclusão da própria escola, mais que não conseguiram ler por falta de tempo disponível.

A primeira professora entrevistada afirmou "... eu já li alguma coisa mais não

muito profundamente, eu te diria que falta, sabe uma leitura e até um estudo com relação a isso”; a segunda professora relatou “... nós recebemos uns livros sobre isso, mas eu não li, não tive tempo”.

Com relação à forma de desenvolvimento da inclusão dos alunos com SD, nas atividades propostas nas aulas de Educação Física, uma das professoras relatou que teve que desenvolver um “método”, uma forma para poder incluí-los nas atividades, nas palavras dela “... as crianças precisam entender que aquela outra criança é diferente, que ela tem limitações”, então é colocado aos alunos a responsabilidade de estar acompanhando o aluno com SD, é trabalhado nas aulas a cooperação e o companheirismo entre os alunos, sendo que as atividades são, geralmente, trabalhadas em duplas.

A outra professora, porém, desenvolveu outra forma para tentar incluí-los, onde ela dividiu a turma, ou seja, em um dia a aula é somente com os alunos com Síndrome de Down, no outro dia é com toda a turma, para que eles possam ter o convívio social e poder interagir uns com os outros, ela disse “... ontem eu peguei eles então hoje eu pego e coloco eles com a turma, e passo uma atividade na qual eles se sintam, também úteis para os colegas”.

O mundo vem evoluindo, e os educadores precisam fazer com que seus conhecimentos sejam passados de maneira criativa e prazerosa, não ter medo de novos desafios e nesse caso estar pronto para receber crianças com deficiência, é saber lidar com situações adversas.

Quanto à avaliação do aprendizado dos alunos com Síndrome de Down, a primeira entrevistada disse que em uma nota de um a dez, ela daria cinco, pois para ela apesar deles serem alunos excelentes com relação a respeito, atenção, entre outros ela avalia também a questão da motricidade de seus alunos e nesse ponto apesar deles tentarem, se esforçarem, tem coisas que eles não conseguem fazer, movimentos que eles não conseguem realizar devido a suas limitações.

A segunda professora disse que daria oito, pois ela entende os limites deles, e sabe que eles fazem tudo ao seu limite: “... uns se cansam mais outros menos, uns tem mais dificuldade, do que os outros, entre outras características”.

DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS PROFESSORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Aceitar um aluno com deficiência pode parecer muito complicado, mas na realidade ter um aluno portador de deficiência, é aceitar que todos de alguma forma são diferentes uns dos outros, mas devem ter direitos e oportunidades iguais.

Apesar disso sabemos que, um dos desejos mais comuns dos professores é de lecionar em uma classe homogênea, mais isso é algo bem difícil de acontecer tendo em vista que todos nós possuímos diferenças.

Sobre a opinião a respeito do processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de EF, uma das professoras ressaltou que na disciplina de EF parece ser mais fácil trabalhar com esses alunos, do que em sala de aula, pois em suas aulas ela consegue criar atividades, que apesar dos limites que seus alunos têm, eles tentam participar e desenvolvê-las, mas na sala de aula parece ser um processo mais complicado.

Outro problema apontado pelas professoras foi o número de alunos em uma turma, isso fica reforçado na fala de uma das professoras que diz que "...para o processo de aprendizagem ser melhor, em sala de aula, eles precisam de mais atenção e tempo disponível dos professores, o que fica difícil numa sala com mais de vinte e cinco alunos."

A segunda professora, apesar de trabalhar e gostar muito de seus alunos com SD, não está de acordo com a inclusão na rede pública, segundo ela devido a falta de infraestrutura da escola para incluir esses alunos e devido ao fato delas não saberem lidar com esses alunos, apesar deles serem ótimas crianças, há um despreparo por parte delas.

Procurou-se questionar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com SD para serem incluídos, e mais uma vez as opiniões foram similares, uma das professoras ressaltou: "... eu acredito que é as vezes a falta de estrutura física mesmo e a dificuldade que as professoras enfrentam de tá orientando eles", a outra complementou que: "... além do problema da infra estrutura, a principal dificuldade é o caso de não saber lidar com eles, e isso acaba prejudicando o aprendizado deles" . Observou-se que há apenas uma quadra e tem dias que ela, precisa ser dividida para

as duas professoras; outro ponto importante citado é a falta de formação adequada, pois apesar de ter criado estratégias para lidar com esses alunos elas não foram formadas para isso.

O preconceito, também, foi outro problema apontado como uma das dificuldades, na fala da professora: "... apesar de serem poucas as crianças com essa atitude, pois quanto menor a criança for mais ela aceita o outro como ele é". Geralmente o preconceito é gerado por falta de informação, e até mesmo por insegurança por parte das pessoas, o ser humano tende a temer aquilo que não conhece.

A segunda professora além da falta de infra-estrutura apontou sobre a questão da formação em licenciatura em Educação Física, para ela "... a universidade deveria capacitar mais os professores, para lidar com esse público, mais infelizmente isso não acontece". O fato de não saber lidar com esse público faz com que eles saiam prejudicados, pois o que é feito, é o improvisado, a universidade não prepara e nem o governo ajuda pra isso, e assim elas vão levando esperando a aposentadoria, como foi dito pela própria professora.

Analisou-se que há um despreparo acentuado dos professores em relação ao processo de inclusão, que se dá devido à baixa qualificação na formação dos mesmos, o que acarreta à falta de conhecimento sobre as potencialidades e limitações destas crianças e ainda devido a falta de estrutura adequada das instituições de ensino. Desse modo, acredita-se que para que a inclusão dessas crianças ocorra com sucesso é necessário que haja preparação dos professores envolvidos, através de cursos de formação continuada, juntamente com o apoio do poder público para uma boa estrutura no estabelecimento de ensino.

No entanto, apesar do esforço das professoras em criar métodos e formas para incluir esses alunos e dos mesmos estarem participando plenamente das atividades desenvolvidas em sua turma e interagindo otimamente com seus colegas, seria precipitado dizer que houve uma inclusão educacional com esse aluno. Seria mais sensato pensarmos numa integração, uma vez que não foi a escola que se preparou para receber esse aluno, ele próprio é que foi preparado para frequentar a escola, pois as atividades realizadas são propostas como improvisos e métodos criados para poder integrar o aluno.

CONCLUSÃO

A idéia da inclusão não é nova, mas ainda precisa amadurecer nas mentes de pais, educadores, governantes e toda sociedade, antes de tudo é preciso deixar de ignorar a existência do problema e torná-lo parte de nossas vidas como algo natural.

A contribuição primordial deste estudo está no fato de chamar atenção para prudência necessária diante das práticas vigentes de inclusão escolar, pois é preciso estar atento às “pseudo” inclusões, nas quais a criança com NEE está apenas integrada no espaço físico e não como membro que, realmente, pertence ao grupo de alunos da classe de ensino regular.

O professor precisa perceber que trabalhar com uma criança com síndrome de Down não requer apenas empenho na transmissão de conhecimentos, mas demarca uma relação de confiança, segurança, amor e respeito entre ambos. Estes elementos são imprescindíveis para o favorecimento da aprendizagem, os quais poderão trazer satisfação e reforços positivos. Estas crianças merecem respeito independente de suas diferenças no ritmo de aprendizagem ou qualquer outra limitação, seja ela física ou intelectual.

Percebeu-se em campo que a grande interrogação é o que ensinar? Como ensinar? E quais os conteúdos que fazem parte das disciplinas da criança com síndrome de Down de forma que elas obtenham êxito no desenvolvimento escolar? Assim esta dúvida permanece no cotidiano de muitas escolas, que não são preparadas estruturalmente e seus profissionais não receberam e não recebem formação permanente adequada.

Por fim, o envolvimento com os alunos com SD e com as tentativas de inclusão (ou integração) nos mostrou que a criança com SD tem muito a ganhar, em termos sócio afetivos, permanecendo no ensino regular. Vale ressaltar que os professores precisam estar conscientes de sua importância e da função que desempenham, caso tenham um aluno com Síndrome de Down na turma, pois é na relação concreta entre o educando e o professor que são fornecidos os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação(Lei 9.394).** Brasília, Centro Gráfico,1996.

CARDOSO, Simone De La Roque. **Crianças com crianças: o olhar infantil sobre a inclusão na educação física escolar.** Dissertação de Mestrado. Pará, 2004.

CARTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. **Fórum de Educação Física Escolar: Realidade e Perspectiva 22º Congresso Internacional de Educação Física.** Foz do Iguaçu, 17 de janeiro de 2007.

DIAS, D. A. MARTINS, D. R. **O aluno portador de Síndrome de Down nas aulas de educação Física: A importância da formação do professor, para garantir sua participação.** 2004. Tucuruí. PA.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** SP: Cortez. 1997

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, 1995.

ZIMMERMANN, E.C. **INCLUSÃO ESCOLAR.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/5190/1/InclusaoEscolar>> Acesso em: 02 Mai 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

MAIA, Christiane M. **Quem olha quem? Câmeras on line na escola de educação infantil.** Porto Alegre. 2005. Projeto de Tese de Doutorado PPGEDU/ UFRGS.

MANTOAN Maria Tereza Eglêr. **Essas Crianças Tão Especiais: Manual para Solicitação do Desenvolvimento de Crianças Portadoras da Síndrome de Down.** Brasília, 1993.

_____. Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar : o que é ? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZILLO, Ida Beatriz Costa Velho. **Barreiras invisíveis presentes na educação inclusiva: um estudo sobre as representações dos professores relativas a alunos portadores de paralisia federal.** 2003. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis do Rio de Janeiro, 2003.

MENDES, E.G. **A Educação Inclusiva e a Universidade Brasileira**. 2006. Disponível em: <<http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf>>. Acesso em: 11 Abr 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

ROSA, S.P.S; DELOU, C.M.C; OLIVEIRA, E.S.G. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE, Brasil S.A, 2008. 320 p.

PUECHEL, S. **Síndrome de Down Guia Para Pais e Educadores**. 4 ed. Campinas: Papitus, 1993.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação**. Florianópolis: UDESC, 2004.

SÍNDROME DE DOWM. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa>

SOLER, Reinaldo. **Brincando e aprendendo na educação física especial: planos de aula**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas , 1987.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri. SP: Manole, 2004.

ABSTRACT

It is known that the social inclusion of disabled people is a very complex and ever-increasing. Among the human chromosomal disorders, Down syndrome (DS) is the most common, but is still seen as socially prejudices, myths and questions. It is known that the process of inclusion, challenge social systems to make fundamental changes in many spheres of society. It is understandable therefore that the school is a social space to promote social change. The inclusion of children with Down syndrome may be an attitude that generate new thinking and social change. Given these approaches, this research sought to answer the following problem: How does the process of inclusion in physical education classes of the

school Prof..Anglada first Celina? The objective of this study was to analyze the issue of inclusion of children with Down Syndrome in physical education classes in regular school system. The field research followed the techniques for gathering data with literature, observation. The type of study used was the explanation, and analysis and interpretation of data are presented by content analysis, following a qualitative approach. The survey used as the main theoretical frameworks: Sasaki (1997), Soler (2002), Puechel (1993) and Mantoan (1993). It is concluded that although the students are participating in the SD activities in its class, it would be rash to say that there was an educational inclusion with that student. It would be more sensible to think in an integrated, since the school was not prepared to receive this student is that he was prepared to attend school.

Keywords: Inclusion, Down Syndrome, Physical Education.